

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Mulher ganha força na luta contra violência doméstica

Números da Segurança Pública revelam que Lei Maria da Penha está ajudando vítimas a vencer o medo e denunciar agressores. Legislativo sedia seminário para avaliar avanços do texto legal, que completou primeiro aniversário em agosto



Solon Soares

Público lota Auditório Deputada Antonieta de Barros para acompanhar Seminário Lei Maria da Penha - Uma Conquista, fazendo balanço dos avanços

A Lei Maria da Penha, que completou o primeiro ano de vida em agosto, tornou-se uma ferramenta importante na luta contra o silêncio. Números da 6ª Delegacia da Mulher, da Capital, revelam que no primeiro semestre deste ano 2.241 boletins de ocorrências foram registrados.

O levantamento não significa, segundo autoridades, necessariamente aumento da violência, mas sim a coragem das vítimas em denunciar seus agressores a partir da ampla divulgação da lei, que tornou mais rigorosa a pena. Até então, muitos casos sequer venciam a esfera familiar.

Com propósito de divulgar a lei, a Assembleia sediou, dia 24, o Seminário Lei Maria da Penha - Uma Conquista, iniciativa do Programa Pró-Equidade de Gênero, da Caixa Econômica Federal.

Páginas 6 e 7

ENTREVISTA

Genésio fala dos desafios da Comissão de Saúde para melhorar qualidade de vida da população

Página 4

CPI da Casan indica presidente e relator

A CPI da Casan, que vai investigar denúncias de uso eleitoral da autarquia no último pleito, deu largada aos trabalhos com a escolha dos deputados Onofre Agostini (DEM) e Jailson Lima (PT) para ocupar a presidência e a relatoria, respectivamente.

A Comissão Parlamentar de Inquérito vai se reunir no dia 4 de setembro para definir o cronograma de trabalho. Os deputados terão 60 dias para concluir a apuração.

Página 9



Eduardo Guedes de Oliveira

Sessão solene homenageia 90 anos de Joaçaba

Na solenidade realizada no Teatro Alfredo Sigwalt, foi lançado livro "De Cruzeiro a Joaçaba - O Legislativo Catarinense Resgatando a História da Cidade". A obra foi organizada pelo Centro de Memória e dirigido pela Coordenadoria de Documentação.

Página 3

OPINIÃO

CPMF: a filha renegada

Está em discussão no Congresso Nacional, em alguns setores da sociedade e na grande imprensa, a prorrogação da CPMF. Os pais dessa criação (PFL, PSDB...), representantes dos grandes grupos econômicos do país, estão, agora, renegando a própria filha. Achem incômoda uma tributação que acesse e fiscalize as suas contas bancárias.

Aqueles que a criaram, e agora a combatem, são os mesmos que contribuem para que não evolua o projeto da Reforma Tributária, proposto pelo Governo Federal no intuito de unificar os diversos impostos vigentes (CPMF, ICMS, IPI, PIS, COFINS, CIDE, ISS) no IVA – Imposto Sobre o Valor Adicionado. Caso aprovada, a Reforma Tributária reduziria radicalmente as possibilidades de guerra fiscal

entre os estados e o custo do recolhimento dos impostos para as empresas, facilitaria a fiscalização pelos governos, minimizaria os caminhos da corrupção e criaria um ambiente favorável para a tão sonhada redução da carga tributária, mas de forma progressiva e responsável.

Embora na origem tenha sido bastante polêmica, a fórmula de arrecadação da CPMF acabou por constituir-se num dos tributos mais justos do país, pois quem mais movimentava mais paga, inviabiliza a sonegação e é forte elemento de distribuição da renda nacional.

Dos 0,38% que a CPMF arrecada da movimentação financeira nacional, 0,16% são repassados ao Fundo Nacional de Saúde, que financia o SUS – Sistema Único de Saúde e obras de saneamento básico para

as pequenas cidades, entre outros serviços; 0,08% se destinam ao Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, com ações suplementares em termos de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar insuficiente, além de outros programas de relevante interesse social, voltados à melhoria da qualidade de vida de nossa população; 0,079% custeiam a Previdência Social, cobrindo aposentadorias de cunho social e 0,06% a Desvinculação da Receita da União.

Trata-se de recursos que, inegavelmente, movimentam a economia brasileira, geram empregos e retornam aos estados e municípios em forma de políticas públicas diretamente voltadas à população mais pobre deste país.

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Energia: O lamentável desperdício

Há uma palavra que pode expressar com precisão o que vem ocorrendo com o tratamento que se dá ao setor energético em nosso País: perplexidade. Difícil se encontrar outro termo para definir a ausência de uma política energética no Brasil, a maior nação sul-americana e que ambiciona nivelar-se aos países mais desenvolvidos do mundo. Mas é igualmente complicado achar que se pode subir esse degrau sem o planejamento estratégico e com o grande desperdício de energia. O País não tem programa e não sabe aproveitar os recursos minerais do seu rico subsolo. E a nossa crítica não se refere especificamente ao atual Governo Federal. Trata-se de um equívoco que vem sendo cometido por vários governos, ao longo dos anos.

Um fato pode ser emblemático da falta de planejamento: houve recente leilão de energia realizado pelo Governo Federal, que resultou na contratação de 1.304 megawatts médios para o ano de 2010, montante que equivale ao acréscimo de

1.781,8 megawatts de potência de novas usinas ao Sistema Interligado Nacional. A energia total negociada superou a demanda projetada pelas empresas distribuidoras, totalizando um atendimento de 101,8% do mercado de distribuição. Venderam energia 12 termelétricas movidas a óleo combustível que firmarão contratos de comercialização de 15 anos de duração. Dessas 12 usinas, 11 estão no Nordeste do Brasil e só uma no Sudeste. Nenhuma na Região Sul do Brasil, onde se concentram as grandes jazidas de carvão mineral.

A falta de planejamento entre a geração e a distribuição de energia faz com que haja enorme desperdício e até, de mais empregos e renda no Brasil. Vários países desenvolvidos têm voltado sua atenção aos recursos energéticos que possuem. Se aproveitássemos melhor nossos recursos, por exemplo, não precisaríamos ficar nessa dependência desesperada do gás de outros países.

Quando falamos em desperdício, referimo-nos também ao não-

aproveitamento dos fantásticos recursos naturais do nosso País no que diz respeito a energias alternativas. De dimensões continentais, o Brasil é rico em energia eólica e em energia solar, mas não as aproveita. Nações ricas da Europa, com tamanho muitas vezes semelhante ao de muitos estados brasileiros, e não privilegiados como o Brasil, já descobriram o valor dessas fontes básicas, gratuitas, e as aproveitam muito bem.

Aqui em Santa Catarina, por iniciativa deste Parlamento e com o pronto respaldo do Governo do Estado, já demos um importante passo, quando, há dois anos, aprovamos o Plano do Gerenciamento Costeiro do Estado. De forma indireta, esse Plano ajuda a evitar o desperdício, já que racionaliza o uso e aproveitamento dos recursos da água e do solo, e a produção do nosso litoral. E tudo isso, preservando o meio ambiente. Há ainda muita estrada pela frente, mas pelo menos, foi um começo.

Deputado Valmir Comin (PP)

Legislativo recebe
cônsul do Japão

O cônsul geral do Japão no Brasil, Soichi Sato, fez esta semana sua primeira visita oficial a Santa Catarina. Ele e uma comitiva de mais três pessoas foram recebidos pelo 4º secretário da Mesa, deputado Antônio Aguiar (PMDB). Sato tomou posse em maio deste ano e esteve na Assembléia com o objetivo de formar uma parceria com o Poder Legislativo nas comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil. O governo japonês batizou 2008 como o ano de intercâmbio entre os dois países.

Além da parceria com a Casa, Sato informou que no dia 8 de setembro o governador Luiz Henrique assinará um decreto para a criação da Comissão Estadual de Santa Catarina para os festejos dos 100 anos. As comemorações serão realizadas em todos os estados com colônias nipônicas. Em nosso estado o município sede será Frei Rogério, no Meio-oeste. “Com este decreto a parceria se torna oficial, então poderemos ir atrás de recursos para a realização de alguns trabalhos no Estado. Com ações concretas,

além da manifestação cultural, há a possibilidade de recebermos a visita da Família Imperial em Santa Catarina”, informou Sato.

Um jardim japonês será construído em Florianópolis, em memória aos 200 anos da chegada de quatro naufragos à Ilha de Santa Catarina. Eles são considerados os primeiros japoneses a chegar ao país. Entretanto, a data comemorativa dos 100 anos da emigração japonesa é em junho, mês em que o primeiro navio contendo imigrantes oficiais chegou ao porto de Santos, em São Paulo.

Aguiar explicou que o Estado está voltado para outras etnias. “Não há um desenvolvimento da cultura nipônica em nosso Estado, como a italiana e a alemã. Este entrosamento é muito importante”.

Conforme o presidente da Federação das Associações Nikkeys de Santa Catarina, Seigo Tsuzuki, o governo japonês tem interesse em firmar parcerias voltadas para o saneamento básico, agricultura, bem como convênios com as universidades.

[AGENDA]

• **3 de setembro, 14 horas:** Comissão de Justiça – Audiência pública para debater a isenção do ICMS na aquisição de óleo diesel pelas empresas concessionárias de transporte urbano
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **3 de setembro, 15 horas:** Visita oficial do embaixador da Colômbia, Mário Galofre Cano
Local: Gabinete da Presidência

• **4 de setembro, 17 horas:** Reunião da CPI da Casan
Local: Sala das Comissões

• **4 de setembro, 19 horas:** Lançamento da Efapi – Chepecó
Local: Hall e Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

• **5 de setembro, 10 horas:** Entrega de impressora Braille para a Fundação Catarinense de Educação Especial
Local: Gabinete da Presidência

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaíne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL



Alberto Neves

Cerimônia no Teatro Alfredo Sigwalt reuniu lideranças e autoridades, que destacaram importância da emancipação

Sessão solene comemora 90 anos de Joaçaba

Assembléia também homenageia município com livro resgatando história da cidade

Graziela May Pereira

Os 90 anos de emancipação político-administrativa de Joaçaba foram comemorados dia 23 em sessão solene proposta pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Na cerimônia, realizada no Teatro Alfredo Sigwalt, foi lançado o livro "De Cruzeiro a Joaçaba – O Legislativo Catarinense Resgatando a História da Cidade". O livro, organizado pelo Centro de Memória e dirigido pela Coordenadoria de Documentação, é uma homenagem da Assembléia ao município.

A obra foi oferecida a 45 enti-

dades e pessoas homenageadas, como o prefeito Armino Haro Neto (PMDB) e a APAE local. Feito de papel reciclado, reúne facsímil de originais que tramitaram na Assembléia Provincial até os dias atuais.

Segundo o deputado Julio Garcia (DEM), presidente da Assembléia, o Parlamento catarinense produziu o livro a partir do seu acervo documental, patrimônio histórico do Estado. "A coletânea traz a história de Joaçaba. É uma forma de agradecer o que esse valoroso município fez por todos nós."

Jorginho Mello destacou que o livro tem o objetivo de preservar e divulgar a história. "Joaçaba

tem força própria. É uma cidade ímpar. E o que estou dizendo é o que sinto no meu coração. Essa homenagem é apenas uma contribuição. Uma nova porta para pesquisa", disse.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que também é da região, afirmou que Joaçaba irradiou para todo o Meio-Oeste o progresso. "Um município que há 90 anos nos presenteia com sucesso e desenvolvimento".

Durante a sessão também foi exibido um vídeo institucional mostrando as belezas do município, referência na produção metal-mecânica.

"Estamos escrevendo um novo capítulo", diz prefeito

Em nome dos homenageados na sessão solene, falou José Zeferrino Pedrozo, presidente da Faesc (Federação da Agricultura de SC), que disse ter passado um dia inteiro buscando palavras para descrever um momento tão importante na história do município. "Fico feliz porque sei que todos poderão conhecer melhor nossa história. Essa história de vitória e alegria. Obrigado a vocês parlamentares por nos proporcionarem esse momento tão feliz", disse.

O prefeito Armino Haro Neto também agradeceu pela homenagem. "Esse livro é muito importante porque não podemos entender o nosso presente, nem planejar o nosso futuro sem conhecer o nosso passado. Estamos escrevendo um novo capítulo da nossa bela história".

Representando o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira

(PMDB), o vice-governador, Leonel Pavan (PSDB), citou a descentralização do governo como grande contribuição para o desenvolvimento de cidades como Joaçaba. "Visitar Joaçaba significa que vamos encontrar um povo ordeiro e trabalhador. Vir a Joaçaba é ter a certeza de conviver com boa gente", finalizou.

História

Joaçaba pertenceu ao Paraná até 1916, quando então suas terras foram devidamente anexadas a Santa Catarina, em 1917. Naquela época sua economia era baseada na extração de madeira e ervamate. Atualmente, é considerada a maior cidade do Meio-oeste e pólo econômico da região. A cidade também é famosa por realizar um dos melhores carnavais de rua do Sul do país.

Alberto Neves



Deputado Jorginho Mello, à esquerda, com prefeito Armino Haro Neto

Convênio melhora estrutura a pessoas com necessidades especiais

Eduardo Guedes de Oliveira



Projeto reúne Assembléia, Universidade Federal e FCEE

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), assinou convênio, dia 27, com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

O convênio visa a estabelecer condições de acessibilidade nas dependências da fundação, oferecendo melhor estrutura para as pessoas que necessitam de cuidados especiais. Com a parceria das três entidades, o projeto tem o apoio do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC e Núcleo de Desenho Universal, Coordenadoria de

Serviços Técnicos da Assembléia e acompanhamento da presidência da FCEE.

Julio Garcia destacou a união do Legislativo com as duas entidades, buscando fortalecer esse segmento que, de acordo com pesquisas, cresce a cada dia. "Temos que avançar nas conquistas sociais, pois a evolução é necessária. Essa parceria para a Assembléia é especial", frisou.

Para o reitor da UFSC Lúcio Botelho, o convênio representa mais um passo para a inclusão social. "Vamos contribuir através desse trabalho para o bem-estar da sociedade catarinense, que

necessita de atenção e estrutura nesse setor", ressaltou.

A presidente da fundação, Rosane Vailatti, ressaltou que, além de ajudar as pessoas com deficiência, o projeto vai ampliar a funcionalidade da FCEE. "A Assembléia vai ceder um arquiteto duas vezes por semana para desenvolver o projeto arquitetônico da fundação e dois estagiários de graduação da arquitetura da UFSC três vezes por semana", acrescentou.

Também estavam presentes no ato da assinatura do convênio os integrantes da comissão de acessibilidade do projeto.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Genésio Goulart (PMDB)

“A saúde é sempre prioridade”

Presidente da Comissão de Saúde fala dos desafios, esforços e ações para a área que garante a qualidade de vida da população

Andreza de Souza

AL Notícias – O senhor preside uma importante comissão no que diz respeito à qualidade de vida da população. Qual o principal desafio?

Genésio Goulart – Fui escolhido para presidir a Comissão de Saúde por ter priorizado essa questão na agenda de reivindicações que nosso mandato apresentou ao governo do Estado, por entender justamente que uma boa política de saúde resulta em maior qualidade de vida para a população. Venho defendendo a destinação de mais recursos para os hospitais, construção e ampliação de postos de saúde e a valorização dos profissionais que atuam na área. Nosso maior desafio é fazer valer a lei que estabelece percentuais definidos para a saúde e zelar pela correta aplicação dos recursos.

AL Notícias – Como é presidir uma comissão que trata de um dos maiores anseios da sociedade?

Genésio Goulart – Não encontramos maiores dificuldades, a não ser o pouco tempo para me dedicar com mais intensidade à comissão, devido às outras atividades que exerço concomitantemente, como a representação política e a presidência de uma cooperativa em Tubarão. A participação dos demais membros da comissão tem sido intensa e o mesmo pode-se dizer da socie-

dade. O legislativo catarinense é democrático e participativo. A Comissão de Saúde não poderia fugir desta característica.

AL Notícias – Nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado, quais as prioridades destacadas?

Genésio Goulart – Destacamos a construção de centros de oncologia, ampliação de hospitais e leitos de UTIs. O mais importante é que em todas as audiências ficou caracterizado que a saúde é sempre a prioridade.

AL Notícias – Como estão as ações dos governos federal e estadual na área da saúde? Quais os investimentos o senhor destaca?

Genésio Goulart – O governo federal faz a sua parte, mas ainda concentra os recursos em Brasília, o que dificulta o trabalho na saúde nos estados e municípios. Da parte do governo do Estado, através das ações do secretário Dado Cherem e da secretária-adjunta Carmen Zanoto, percebo uma grande vontade de acertar, de encontrar formas inovadoras de gerenciamento, através de organizações sociais, autarquias, fundações e consórcios. As estratégias adotadas na administração das unidades de saúde de Santa Catarina são exemplos para o Brasil.

AL Notícias – Quais foram as principais ações da comissão

no primeiro semestre desta legislatura?

Genésio Goulart – A comissão analisou 34 matérias relacionadas à saúde, entre projetos de lei e relatórios legais. Todos os temas foram amplamente debatidos com os membros da comissão e a interação com a sociedade foi garantida através de diversas audiências públicas. Discutimos com os segmentos ligados à saúde assuntos relevantes como a prevenção reprodutiva nas escolas públicas, a regulamentação do comércio de medicamentos fora de farmácias, a gratificação por produtividade médica no Estado, a situação do Hospital Santa Inês de Balneário Camboriú e do HU da Capital. Para o segundo semestre, temos a solicitação de realização de audiências públicas para tratar do funcionamento do SAMU na região de Blumenau, dos alimentos modificados e da situação da maternidade de Joinville.

AL Notícias – A comissão realizou várias audiências públicas. A última debateu a privatização do Hospital Universitário de Florianópolis, o único do país 100% público. Qual a posição da Comissão de Saúde sobre o assunto?

Genésio Goulart – Reconhecemos o Hospital Universitário de Florianópolis como uma instituição que presta um grande serviço para a comunidade. Uma de suas características é ser um hospital totalmente público.



Eduardo Guedes de Oliveira

Abrimos o debate para a sociedade, na medida em que setores ligados à instituição não aceitam a privatização. A Comissão de Saúde tem esta possibilidade, ou seja, criar as condições para que a sociedade defina o que é melhor para a saúde.

AL Notícias – A saúde é uma das maiores angústias dos prefeitos pela falta de recursos financeiros. Para o senhor, a consolidação do Pacto Federativo ajudaria na solução desses problemas?

Genésio Goulart – Com certeza. Os municípios hoje passam por dificuldades financeiras devido aos encargos com a manutenção da saúde e da educação. Nos últimos anos, a carga tributária aumentou, todavia a divisão dos recursos e a participação dos estados e municípios caíram. Os recursos minguaram, mas as obrigações dos estados e municípios aumentaram, principalmente na área social. Neste Pacto Federativo, é necessário redefinir o papel da União, estados e municípios.

Saiba mais

Nome: Genésio Goulart

Idade: 53 anos

Natural: Laguna

Partido: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Região do Estado que representa: Região Sul

Atividade: Empresário

Legislatura: Foi eleito deputado estadual para as legislaturas 2003/2006 e 2007/2010. No primeiro mandato foi presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Atualmente, integra também as Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher e Legislação Participativa.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Presidente: Genésio Goulart (PMDB)

Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

Membros: Edson Piriquito (PMDB), Gelson Merísio (DEM), Kennedy Nunes (PP), Odete de Jesus (PRB) e Serafim Venzon (PSDB)

Chefe de Secretaria da Comissão: Itamar Pires Pacheco

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

E-mail: saude@alesc.sc.gov.br

Telefone: (48) 3221-2759

Localização: Térreo

Principais missões

- assuntos relativos à saúde e organização institucional da saúde;

- política de saúde e planificação em saúde; - participação do Estado nas ações do sistema nacional de seguridade social no que diz respeito à saúde;

- participação da saúde na proposta de orçamento anual da seguridade social, observadas as metas e prioridades estabelecidas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias;

- contrapartida da União, Estados e Municípios, na definição de recursos para Sistema Único de Saúde;

- garantia da gestão democrática e descentralizada das ações governamentais

relativas à saúde com a participação da sociedade nos termos da lei;

- políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença de forma igualitária;

- respeito aos princípios fundamentais do direito à saúde; ações, serviços e campanhas de saúde na sua regulamentação, fiscalização e controle;

- no SUS são observadas as diretrizes de ações e serviços planejados, assim como a aplicação pelo Estado e municípios, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde com recursos da arrecadação de impostos proporcionalmente calculados de acordo com a Constituição Federal.

INSTITUCIONAL

Parlamento homenageia curso da Udesc/Esag

Sessão solene lembra três anos de implantação de graduação em Administração em Balneário Camboriú



Eduardo Guedes de Oliveira

Professor Francisco Gabriel Heidmann recebe placa das mãos de deputado Serafim Venzon

A Assembléia realizou dia 28 sessão solene para homenagear o curso de Administração de Serviços Públicos da Udesc/Esag em Balneário Camboriú, que recentemente completou três anos de implantação. Estavam presentes na solenidade o reitor em exercício da universidade, Arlindo Carvalho Rocha; o prefeito de Balneário Camboriú, Rubens Spornau (PSDB); o secretário de Saúde, deputado Dado Cherem (PSDB); os deputados Serafim Venzon (PSDB), Edson Piriquito (PMDB), Professor Sérgio Grando (PPS), Antônio Aguiar (PMDB), professores e alunos das unidades

da Udesc de Balneário Camboriú e Florianópolis.

Representando o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), Aguiar abriu a sessão e transferiu a condução dos trabalhos a Venzon, autor do requerimento da cerimônia. Logo na abertura dos trabalhos, foi apresentado um vídeo institucional da Udesc sobre o curso.

Aprovado pelo Conselho Universitário em 25 de março de 2004, o curso de Administração de Serviços Públicos pertence ao Centro de Ciências da Administração (Esag), fundação da Udesc. No seu terceiro ano de funcionamento, conta com professores de diversas

áreas de formação que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão. “Desde seu surgimento a escola tem se dedicado à formação de administradores públicos com capacidade para atuar de forma ética, consciente e criativa junto à sociedade”, salientou Venzon.

Dado Cherem elogiou o prefeito Rubens Spornau por unir esforços e tornar possível o curso, que contou com instalação cedida pela administração do município através de convênio entre a prefeitura e a Udesc/Esag. “Mesmo com dificuldades administrativas na época, a instituição uniu forças e deu continuidade ao projeto”, frisou.

Legislativo encurta distância com estudantes

Estudantes da Grande Florianópolis conheceram um pouco mais do Poder Legislativo, suas competências, atribuições, organização e composição. Eles acompanharam palestra sobre o Poder Legislativo ministrada pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), dia 24, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa.

A iniciativa integra o programa “Educação para a Cidadania: Construindo um Novo Olhar”, da Escola do Legislativo, que promove a educação política dos jovens catarinenses da região. Os alunos participantes são monitorados

por acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc), parceiros deste projeto piloto.

Cesar esclareceu que a palestra teve objetivo de introduzir de uma forma sintética os assuntos relativos ao Legislativo. Mas, ressaltou, que o mais importante foi a conversa informal com os alunos. Eleito com mais de 52 mil votos, o parlamentar mostrou as ações e a diferença entre ser e dever ser. “Somos a única categoria que define o próprio salário. Acho que isso deveria ser aprimorado

na Constituição e mudar esta realidade”, exemplificou.

Entre as atribuições do Legislativo, Cesar destacou a missão de discutir e aprovar o sistema tributário, as diretrizes orçamentárias e, principalmente, a fiscalizar a aplicação das leis.

O projeto “Educação para a Cidadania: Construindo um Novo Olhar” é realizado de agosto a dezembro. Prevê várias atividades, com destaque para redação, visitas a órgãos governamentais e não-governamentais, momentos de estudos, palestras, discussão e reflexão.



CONHEÇA O
LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

A Coordenadoria de Licitações da Assembléia Legislativa foi criada em 6 de dezembro de 1994, junto com as comissões impostas pela Lei 8.666/93: Comissão Permanente de Licitações, Comissão de Recebimento dos Materiais Licitados e a Comissão de Elaboração de Editais e de Contratos.

Antes da criação da coordenadoria, as compras, obras e serviços eram contratados pela Diretoria de Recursos de Materiais. Conforme o coordenador do setor, Lonarte Sperling Veloso, a regra da administração recomenda que quem licita, quem escolhe o produto/serviços, não deve comprar e muito menos ter a incumbência de pagar.

A coordenadoria está subordinada à Diretoria Administrativa e de Tecnologia. “Como a coordenadoria é responsável pela elaboração e controle dos contratos, convênios, protocolos de intenções, acordos e termos de cooperação técnica, entre outros, também tem contato direto com a Presidência”.

O objetivo da licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Deve ser processada e julgada em estrita conformidade com as leis em vigor. Depois disso cabe à autoridade competente justificar a necessidade da contratação do serviço ou da aquisição do material, definindo o objeto a ser licitado.

O pedido pode ter início numa seção, divisão, gerência, coordenadoria, Gabinete de Deputado, ou na própria Diretoria, que por sua vez solicita o material, a obra ou o serviço desejado, justificando a sua necessidade. Deverá ser encaminhado à Diretoria Administrativa, ou ao Diretor Geral, ao Chefe de Gabinete ou ainda ao Presidente da Casa, que analisarão a conveniência e oportunidade de atendimento. Depois de devidamente aprovado pela autoridade competente, o pedido segue para a Coordenadoria de Recursos Materiais, que, por sua vez, instituirá o processo licitatório e fará a pesquisa para se ter uma base de preços de mercado.

Posteriormente é verificada a disponibilidade orçamentária e financeira e encaminhado para a Coordenadoria de Licitações. A área de licitações analisará a legalidade da documentação que consta no processo, verificará a legitimidade do pedido, a conformidade e especificação do objeto, elaborará o edital e o encaminhará para a Procuradoria Jurídica para efeito de exame e aprovação do edital. Finalmente chega a licitação. O vencedor será sempre aquele que oferecer o menor preço, a melhor forma, o menor lance. Concluída a licitação será o objeto adjudicado e levado à Presidência da Assembléia para a homologação.

Toda licitação é pública, acessível a todas as pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas. Não é permitido prever, incluir ou tolerar atos ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, muito menos estabelecer preferência ou distinção em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes. Não é permitido estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, providenciária ou outra de qualquer natureza. Todos os participantes, ou não participantes, têm o direito de promover fiscalização e análise da documentação pertinente à licitação.

A licitação tem início com o credenciamento do licitante, momento em que faz a entrega do envelope que contém a habilitação e de outro com a proposta de preço, ambos lacrados, sujeitos à fiscalização dos presentes. No caso de pregão, a abertura dos envelopes acontece em situações diferentes. Primeiramente se abre os envelopes que contêm as propostas de preços e posteriormente se abre o envelope que contêm os documentos de habilitação, neste caso, somente da proposta vencedora. Passam ainda pela coordenadoria todos os processos de compras de pequeno valor. Também está sob a responsabilidade da coordenadoria a elaboração, controle e acompanhamento dos convênios, protocolos de intenção, acordo de cooperação técnica, termos de cessão de uso, entre outros.

Fonte: Coordenadoria de Informações

Um ano da lei que rompeu o silêncio das mulheres

Maria da Penha colhe os primeiros resultados positivos com alto índice de boletins de ocorrência, demonstrando que medo de agressores começa a ser superado

A Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção, comemorou um ano neste mês de agosto. Os boletins de ocorrência registrados apenas na 6ª Delegacia de Polícia da Capital catarinense – total de 2.241 no primeiro semestre – dão uma clara demonstração de que muitas mulheres, sentindo-se amparadas pela lei, venceram a queda-de-braço com o medo e resolveram denunciar seus agressores.

Dos registros, 240 casos foram comunicados por mulheres menores de 18 anos. As ameaças lideram o placar com 1.092 bo-

letins, enquanto a violência física se observou em 421 registros. Lesão corporal (180), estupro (25), violência sexual (6) e homicídio (2) aparecem na sequência.

O alto índice de boletins não significa, necessariamente, aumento no número de ocorrências. Na verdade, a partir da ampla divulgação de campanhas de conscientização sobre a Lei Maria da Penha, as mulheres tomaram noção do amparo existente e passaram a registrar casos que até então não eram relatados e nem mesmo saíam da esfera familiar.

Segundo a Lei nº 11.340, toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educa-

cional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e as facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

História

A lei que torna mais rigorosa a pena contra agressores domésticos foi batizada em homenagem a Maria da Penha Maia, vítima que virou símbolo da luta contra esse tipo de violência. Em 1983, o marido da cearense Maria da Penha tentou matá-la por duas vezes.

A condenação aconteceu oito

anos depois, mas o marido usou recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena, que levou 19 anos para começar a ser cumprida. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. O agressor foi preso em 2002 e cumpriu dois anos de prisão.

Maria da Penha começou então a atuar em movimentos sociais contra violência. Hoje, é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV), no Ceará.



Público comparece em peso ao Auditório Antonieta de Barros para acompanhar discussão e reflexão em torno da lei que pune violência doméstica

Seminário na Assembléia avalia avanços no combate à violência

Numa iniciativa do Programa Pró-igualdade de Gênero, da Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional de Florianópolis, e instituições públicas e privadas, a Assembléia Legislativa sediou, dia 24, o Seminário Lei Maria da Penha – Uma Conquista. O objetivo foi esclarecer e divulgar a lei e mostrar o que está sendo feito em relação à infra-estrutura de cada Estado para dar suporte ao Judiciário em relação à sua aplicação. O seminário encerrou com uma palestra da escritora

Rose Marie Muraro.

O seminário lotou as dependências do Auditório Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa. Participaram a senadora Ideli Salvatti (PT/SC); a deputada Ana Paula Lima (PT), 2ª vice-presidente da Assembléia, representando o Parlamento estadual, a deputada Ada De Luca (PMDB), representando o governo do Estado, Ane Teixeira Cruz, representando a ministra Nilcéa Freira, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM);

Clarice Copetti, vice-presidente de Tecnologias da Informação da CEF, representando a presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho; Marcelo Mozer, representando o superintendente regional da CEF, Everson Silveira Júnior, o vice-prefeito de Florianópolis, Bitá Pereira, e o juiz estadual Wilson Fontana, que em palestra explicou como funciona na prática a lei.

A deputada Ana Paula Lima elogiou a assinatura da lei pelo presidente Luiz Inácio Lula da

Silva e falou dos projetos de sua autoria e também do ex-deputado Wilson Vieira – Dentinho, para implantação em Santa Catarina das delegacias de proteção à mulher e também para a construção de casas para as mulheres vítimas da violência. “Precisamos elogiar a coragem do presidente em assinar uma lei dessa natureza e já falou em investimentos para a área. As mulheres querem respeito e espero que daqui a alguns anos não precisemos mais disso para sermos respeitadas”, disse.



Escritora vê opressão

A escritora Rose Marie Muraro falou sobre a situação de milhares de mulheres que sofrem violência e abusos. Disse que muitas mulheres se submetem a violências físicas ou simbólicas (verbais) por diversas situações, como de opressão econômica – nas camadas mais pobres da população. Segundo a escritora, uma das soluções apontadas é a educação. “Se quisermos que a raça humana resista, é preciso erradicar a violência no primeiro ano de vida de cada indivíduo, época da vida em que ele cria sua personalidade e forma seus conceitos.”



Maria da Penha ganha as ruas

A representante do governo federal, Ane Cruz, comemorou o saldo de primeiro aniversário da lei. “Quando o texto foi assinado pelo presidente Lula, achávamos que era um desafio e que um dia ela pegava, mas nos enganamos. Ela já pegou e a maioria das pessoas já conhece”, observa. Ao anunciar que o orçamento do setor, que era de R\$ 244 milhões, foi aumentado para R\$ 1 bilhão e 297 milhões pelo governo federal, todos aplaudiram.

Segundo ela, é preciso saber que hoje, no Brasil, 35% das mulheres são provedoras

dos lares e uma das grandes conquistas delas são os juizados para tratar da violência contra a mulher.

A senadora Ideli Salvatti (PT) elogiou Santa Catarina por ser o primeiro estado onde o Judiciário tomou providências e instalou juizados especiais.

Em Florianópolis, estão funcionando a 3ª Vara Criminal e o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e também já existem a comarca especial em Criciúma e o juizado especial em Tubarão.



Mulheres comemoram o resultado da popularização da lei

Mudança passa pela educação dos filhos

Ane Cruz lembrou que cabe às mulheres a mudança para o futuro, pois são elas que educam os filhos. “Tenho um casal de filhos e educo do mesmo maneira, sem fazer diferenciação de gênero, mostrando que homem não bate em mulher e que mulher não bate em homem, que todos devem se respeitar da mesma forma para construir um mundo melhor.”

Ela defendeu o engajamento de homens e mulheres na divulgação da lei através da distribuição de uma cartilha. Na Capital, o material foi distribuído no Terminal Urbano de Florianópolis (Ticen), e ainda nos postos da Polícia Rodoviária Federal, em Biguaçu e Palhoça, e em outras cidades do Estado.

Ane disse ainda que cada estado deve fazer seus próprios projetos, que serão enviados ao Ministério, a fim de que seja criada toda a infraestrutura prevista no Plano Nacional de Políticas Públicas para a Mulher.

A deputada Ada De Luca lembrou que o governo Luiz Henrique da Silveira foi o primeiro a aderir ao plano. “Estou sempre na luta pela emancipação da mulher, que hoje está despertando para os seus direitos”, enfatizou a deputada.

Em sua palestra, o juiz Wilson Fontana falou do empenho em divulgar Maria da Penha. “Houve uma felicidade muito grande na escolha de um nome para a lei, pois esse nome pegou”, avaliou o magistrado catarinense.

COMISSÕES

Fotos: Jonas Lemos Campos



Reunião promovida pela Comissão de Saúde, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, mostra como Estado aplicou recursos do Sistema Único da Saúde no período de janeiro a março

Saúde presta contas dos recursos do SUS

Relatório trimestral apresentado em audiência pública mostra que Estado gastou R\$ 764 milhões no período

Denise Arruda Bortolon

Audiência pública para a prestação trimestral dos recursos aplicados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) movimentou, dia 28, o Plenarinho Paulo Stuart Wright, na Assembléia Legislativa. Promovida pela Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), a reunião foi comandada pelo seu vice-presidente, deputado Jailson Lima (PT). De acordo com o artigo 12 da Lei 8.689/93, é dever do Estado apresentar à sociedade o orçamento e a execução financeira dos recursos estaduais, em todas as esferas de governo, bem como os municípios e a União.

A secretária-adjunta da Saúde, Carmen Zanotto apresentou o relatório trimestral, de janeiro a março deste ano. Segundo o levantamento, o Estado gastou

R\$ 764 milhões, nos três primeiros meses, sendo que R\$ 513 milhões foram empenhados com a folha de pagamento da Secretaria. Cerca de R\$ 1,5 milhão foram aplicados na assistência farmacêutica básica, R\$ 601 mil com saúde mental e R\$ 72 mil com medicamentos estratégicos.

O Ministério da Saúde transferiu R\$ 13 milhões para Santa Catarina aplicar em medicamentos excepcionais de alto custo. O custo do atendimento neste trimestre foi R\$ 16 mil. Aproximadamente três mil novos pacientes foram incluídos neste serviço. O total de pacientes atendidos passou de 31 mil.

Além destes dados, o relatório também acrescentou dados sobre internamentos hospitalares. Em todo o Estado 91 mil pessoas foram internadas, custando R\$ 65 milhões para o SUS.

Secretária vê avanços e desafios

A secretária-adjunta da Saúde, Carmen Zanotto, destacou que o SUS é o maior sistema de inclusão social, permitindo que todos tenham acesso à saúde. "Este sistema tem inúmeros avanços, mas muitos desafios. O volume de recursos tem aumentado em termos proporcionais, entretanto, a procura por atendimento ainda continua maior", salientou.

Em relação aos bons exemplos, Carmen lembrou que Santa Catarina é o estado com o maior número de transplantes de órgãos

e o menor índice de mortalidade infantil. Mesmo assim, destacou que é preciso uma mudança cultural, para que os pacientes sintam confiança no tratamento realizado no interior do Estado.

Para o deputado Serafim Venzon (PSDB), se este modelo for aperfeiçoado trará grandes resultados. "Todos os hospitais carecem de um administrador que consiga realizar ações sociais com os recursos deste sistema, pois os recursos alocados ainda são menores que os necessários".

Hospital defende alternativas

Representando os prestadores de serviço, a Irmã Ana Luzia Schmidt, do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, falou da importância de se buscar alternativas para superar a defasagem na tabela do SUS. "As verbas têm que ser melhor aplicadas, além de fazer um esforço para sair dessa situação financeira".

O trabalho que o Hospital Santa Isabel vem prestando foi parabenizado pelo representante dos usuários do SUS, Gilberto Antônio Scucciato, transplantado de fígado. "Há uma defasagem sim, que está sendo atualizada ao longo do tempo".

A deputada Ana Paula Lima (PT) destacou o descontingen-



Irmã Ana Luiza, do Santa Isabel

ciamento de R\$ 2 bilhões por parte do governo federal para a área da saúde. "Por isso não

podemos acabar com a CPMF", justificou. Já o deputado Antônio Aguiar (PMDB) mencionou a falta de regulamentação da Emenda 29, que prevê recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, como o maior problema. "Nada mais justo que a atualização dos repasses aconteça esse ano. Se não houver reajuste sou contra a CPMF".

Ao encerrar os trabalhos, Jailson acrescentou que os desafios precisam ser enfrentados. "A Emenda 29 e o empenho da categoria política têm dado grande contribuição e avanço a este sistema, fazendo com que o governo atinja suas metas financeiras".

Moção para agilizar centro de neurologia

Os médicos Paulo Bittencourt e Patrícia Montagner, da Federação Catarinense de Neurologia, pediram apoio da Comissão de Saúde para implantar o Centro Catarinense Multidisciplinar de Neurologia no Hospital Santa Tereza, em São Pedro de Alcântara.

A intenção da entidade é transformar áreas ociosas do hospital de dermatologia sanitária num centro de referência neurológica no Brasil.

Os médicos querem apoio para cessão do imóvel. Jailson Lima afirmou que a Comissão de Saúde solicitou uma moção para agilizar o processo.

Foram aprovados dois projetos pela comissão, na reunião do dia 29. O Projeto de Lei n.º 47/07, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), que proíbe a realização de eventos de moda com modelos com Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18 Kg/m².

O outro, de n.º 330/07, de autoria da deputada Odete de Jesus, altera o inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 4º da lei n.º 11.392, de 03 de maio de 2000, que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e dispõe sobre a discriminação aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

COMISSÕES

CPI da Casan dá largada aos trabalhos

Deputado Onofre Santo Agostini fica com a presidência da Comissão de Inquérito e Jailson Lima com a relatoria



Eduardo Guedes de Oliveira

Comissão tem a missão de investigar denúncias sobre uso eleitoral dos serviços da Casan

A CPI da Casan realizou esta semana a primeira reunião de trabalho com a escolha dos deputados Onofre Agostini (DEM) e Jailson Lima (PT) como presidente e relator, respectivamente. A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar denúncias de que os serviços da Casan e dinheiro público teriam sido utilizados com fins eleitorais no último pleito.

O relator terá que avaliar as denúncias de que votos teriam sido comprados em Rio do Campo, Alto Vale do Itajaí, para eleger a hoje deputada Ada De Luca (PMDB), esposa do presidente da Casan, Walmor de Luca. Segundo o deputado Renato Hinnig (PMDB), o presidente eleito é perfeito para o cargo. "O deputado Onofre reúne todas as condições para presidir

essa Comissão. É extremamente competente e conhecedor dos trâmites legais".

Em relação ao relator, o presidente da CPI afirmou que o trabalho da relatoria deve ser árduo. "O deputado Jailson tem uma grande missão pela frente. E deve fazer isso com muito cuidado e respeito", disse.

A CPI da Casan, que se reunirá na próxima terça-feira (4), às 17 horas, para a apresentação de um roteiro de trabalho, terá 60 dias para investigar a denúncia de compra de votos e outras irregularidades. Também integram a comissão os deputados Joares Ponticelli (PP), José Natal Pereira (PSDB), Elizeu Mattos (PMDB), Renato Hinnig (PMDB) e Sargento Soares (PDT).

Direitos Humanos rejeita projeto que veda bloqueio de celulares

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais rejeitou projeto que veda bloqueio de aparelhos celulares para uso em redes de outras operadoras. A proposição recebeu parecer contrário do relator, deputado Elizeu Mattos (PMDB), que foi acolhido por unanimidade pela Comissão.

De acordo com a matéria, ficam as operadoras de telefonia móvel vedadas de bloquear, nos sistemas pós e pré-pagos, os aparelhos celulares por elas comercializados, para a utilização em redes de outras operadoras de sistemas compatíveis no Estado. O relator

afirmou que o projeto é inconstitucional.

Já o PL n.º 190/07 recebeu o pedido de vista do deputado Elizeu Mattos. O projeto dispõe sobre proibição de restrição às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros dos sistemas de restrição ao crédito por empresas, quando em processo de seleção para admissão no mercado de trabalho. "Acho que esse projeto é um prêmio ao estelionatário. Grande parte das pessoas que está no SPC ou Serasa é maldosa e está lá porque não cumpre com suas obrigações", destacou o deputado.

Segurança avança na divulgação do seguro obrigatório

A Comissão de Segurança Pública aprovou o Projeto de Lei nº 147/07, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre o DPVAT, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB). O DPVAT é o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não (Seguro DPVAT), criado pela Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei 8.441/92, com a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito.

Os deputados também aprovaram o Projeto de Lei nº 202/07, do

deputado Darci de Matos (DEM), que trata da inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório. "A falta de informação faz com que as pessoas não procurem os seus direitos", afirmou Nunes.

Também foram aprovadas audiências sobre a violência policial em manifestações de estudantes em Criciúma e a respeito do Fundo Penitenciário, cujas datas serão definidas pela comissão. No dia 24 de setembro, será realizada audiência sobre Pronasci (Programa Nacional de segurança Pública com Cidadania).

Finanças aprova convocação de Bauer

A Comissão de Finanças aprovou, no dia 29, sugestão do deputado Gelson Merísio (DEM) e decidiu convocar o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer, para prestar esclarecimentos na próxima semana a respeito dos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual, que tratam da bolsa de estudos para universitários. A idéia inicial, do deputado Décio Góes (PT), era de que fosse realizada uma audiência pública para tratar do assunto.

A situação dos universitários preocupa Décio Góes. Segundo ele, os alunos beneficiados pela bolsa concedida pelo Estado ficam constrangidos no ato da rematrícula, pois precisam explicar por que estão devendo. "Os alunos acabam assinando promissórias e tomando uma dívida que é do Estado. O repasse é fruto de uma lei aprovada nesta Casa, nossa obrigação é exigir o seu cumprimento." Em defesa do governo estadual, o deputado Manoel Mota (PMDB) afirmou que existe um acordo entre o governo e o sistema Acafe, que está sendo religiosamente cumprido. "O secretário irá esclarecer como está a real situação dos repasses, mas vejo que o grande problema está no artigo 171, que trata dos incentivos fiscais. Precisamos de mais recursos no 170, que deverá vir do 171", ressaltou o deputado



Jonas Lemos Campos

Deputados querem esclarecimentos do secretário sobre artigos 170 e 171

Jorginho Mello (PSDB), presidente da comissão.

A deputada Odete de Jesus (PRB) apresentou pedido para que o secretário também dê explicações sobre a lei aprovada em 2000, de sua autoria, que garante a gratuidade do cursinho pré-vestibular a carentes.

Adoção

Os parlamentares também trataram do Projeto de Lei nº 45/07, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), que institui o Programa Estadual de Incentivo à Adoção. Aprovado pelo deputado Gelson Merísio (DEM), relator da matéria, foi grande o debate sobre a proposição que, na opinião do democrata, trata de um tema complexo. O relator

teme que o projeto não beneficie os reais interessados, as crianças. "Aprovei a matéria por estar de acordo com os preceitos desta comissão, mas com ressalvas, pois acredito que a questão é séria e precisa evoluir", reiterou. O deputado Silvio Dreveck pediu vista em gabinete e, juntamente com deputado Jandir Bellini, ambos do PP, se comprometeu em falar com o autor da matéria para ampliar o projeto.

Ainda Góes pediu audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 31/07, que institui o Fundo Especial da Defensoria Dativa. A solicitação foi pré-aprovada na comissão, que entrará em contato com as Comissões de Justiça e Trabalho e Serviço Público para realizarem a audiência em conjunto.

PLENÁRIO

Criada a Semana da Segurança do Motociclista em SC

Foi instituída a Semana de Segurança do Motociclista, a ser comemorada na última semana de julho, através da aprovação em plenário o Projeto de Lei nº 111/07. O objetivo é promover eventos que conscientizem a população sobre o uso de motocicletas, ajudando a reduzir acidentes nessa modalidade de transporte.

A matéria, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), cita campanhas educativas para redução do número de acidentes, voltadas para a pilotagem responsável, contra o uso de álcool e fiscalização intensiva do uso de equipamentos de segurança. Estas atividades ocorrerão, anualmente, na última semana de julho, e serão coordenadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Merísio justifica o projeto ao



Merísio: uso racional do veículo

lembrar que o crescimento do uso de motos para atividades laborais, como por exemplo, tele-entregas, moto-táxi, como meio de transporte para o trabalho e, por consequência, o grande aumento no índice de acidentes, torna imprescindível a criação de mecanismos de cons-

cientização da população sobre uso racional desse tipo de veículo. Argumenta, ainda, que estimular o uso de motocicletas auxilia na desobstrução das vias, e defende maior fiscalização quanto ao uso de equipamentos de segurança para piloto e garupa (luvas, capacete e botas meio cano), principalmente no interior, onde o hábito de não usá-los ainda é tolerado.

Também como parte das comemorações da Semana do Motociclista, é importante alertar as autoridades do Estado para outras necessidades, como o maior rigor na fiscalização de motocicletas sem placa que rodam pelo Estado. "Isso vai ajudar a reduzir o roubo de motocicletas, que são desmanchadas, clonadas ou transplantadas e rodam sem a documentação devida", ressaltou Merísio.

Crianças desaparecidas terão fotos em ônibus

De autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), foi aprovado em Plenário o Projeto de Lei nº 102/07, que dispõe sobre a fixação de cartazes com nomes e fotos das crianças desaparecidas nos veículos de transporte coletivo, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos.

De acordo com o parlamentar, caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública, através das delegacias, em parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, a criação de mecanismos para publicação de fotos com identificação das crianças desaparecidas, bem como a distribuição e colagem dos cartazes nos locais indicados.

Também foi aprovada uma emenda modificativa do depu-



Kennedy: parceria para divulgar

tado Cesar Souza Júnior (DEM), determinando que as despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, suplementadas se necessário.

Uczai defende PAC para estimular desenvolvimento do país

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Infraestrutura foi destacado, dia 29, em Plenário pelo deputado Pedro Uczai (PT) como grande estímulo para o desenvolvimento do país.

Conforme o parlamentar, o PAC possui investimentos para urbanizar favelas e ampliar o acesso da população aos serviços de saneamento no Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. Os projetos de urbanização, orçados em até R\$ 10 milhões, serão atendidos pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que vai liberar R\$ 2 bilhões este ano. A primeira seleção já está em andamento.



Uczai: projetos de urbanização

Uczai também afirmou que o PAC da infra-estrutura destina uma parte das verbas para a produção de energia, como por exemplo, para a construção e ampliação de usinas hidrelétricas. "Acredito muito no desenvolvimento do país através da produção de energia. Mas temos

que prestar muita atenção de que forma isso está acontecendo. Há algumas usinas que estão desapropriando terras e as famílias não estão sendo indenizadas".

O deputado se refere ao caso da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, que começou a ser construída em dezembro e estará concluída em quatro anos, absorvendo investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões. Ele também criticou a empresa por não ter apresentado nenhum projeto de reassentamento e cobrou uma atitude mais séria do governo federal. "Hoje temos cerca de 500 agricultores instalados na frente da usina impedindo as obras. Eles estão lá para lutar por seus direitos. O governo federal precisa tomar providências sobre isso", disse.

Marcos Vieira quer verbas federais para a segurança

O PAC da Segurança voltou a ser debatido e desta vez, quem trouxe o tema para discussão foi o deputado Marcos Vieira, líder do PSDB, cobrando do governo federal investimentos na área em Santa Catarina.

O parlamentar citou os vários casos de violência que foram noticiados pela mídia recentemente. "O Brasil está à mercê com seqüestros, balas perdidas, furtos de veículos. Este panorama reflete diretamente nos índices de aprovação do presidente Lula. Foi por isso que o governo federal lançou o PAC da Segurança Pública, contemplando apenas as regiões onde a popularidade é mais baixa", falou Vieira. Segundo ele, o procedimento correto seria destinar cotas maiores da verba do PAC para as regiões mais afetadas, mas também beneficiar



Marcos Vieira: SC no mapa

os outros estados.

Colocar Santa Catarina no mapa da Segurança Pública é o objetivo do parlamentar. "Precisamos contar com todos, inclusive com a bancada do PT, para a inclusão no programa. O governo estadual tem feito muito pela área, mas precisamos de ajuda", afirmou.

Audiência

Ao ocupar a tribuna, o deputado Onofre Agostini (DEM) afirmou que esteve em Brasília semana passada para uma audiência pública com o ministro dos Transportes para discutir questões rodoviárias referentes ao Estado. Entre os pleitos as obras da BR-158, onde faltam apenas 18 quilômetros para sua conclusão. Outro pedido refere-se à perimetral de Curitiba, que liga a BR-470 à SC-457, que recebeu resposta favorável do ministro.

Gás na Capital

O convênio assinado nesta semana entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o governo do Estado e a Companhia Catarinense de Gás foi mencionado pelo líder do PPS, deputado Professor Sérgio Grandó. De acordo com o parlamentar, o convênio trata de um projeto chamado "Ilha" e tem como propósito incluir na arquitetura da Capital o uso do gás nas novas construções e postos de combustíveis.

Inclusão digital

De acordo com o deputado Serafim Venzon (PSDB), que esteve acompanhando uma comitiva da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) em uma audiência com o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, o destino das máquinas caça-níqueis apreendidas no Estado poderia ser, após a sua transformação em computadores em máquinas aptas para o uso educativo as escolas públicas.

Cooperativa

Os 40 anos da Cooperativa Alfa, localizada no Oeste do Estado e que atua no recebimento, armazenamento e industrialização de grãos, foram comemorados em Plenário pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB). A CooperAlfa concluiu 2006 com 108 unidades, além da presença em 80 municípios do Estado e um no Paraná, 1.412 funcionários, 4.791 associados e uma receita global de aproximadamente R\$ 700 milhões.

Votoram

O deputado Serafim Venzon (PSDB) anunciou a implantação da fábrica de cimento Votoram, em breve, no município de Vidal Ramos. De acordo com o parlamentar, o governador Luiz Henrique da Silveira vai estar na região para assinar o protocolo de intenções entre o governo e a Votoram. Segundo ele, com a implantação da fábrica a região vai ganhar na economia, gerar empregos e acrescentar para o potencial do Estado.

PLENÁRIO

Deputados prestam homenagem aos 50 anos do Grupo RBS

Os 50 anos do Grupo RBS, comemorados dia 31, em Porto Alegre, foram lembrados em plenário por diversos deputados. O Grupo RBS possui 18 emissoras de televisão aberta, duas emissoras locais de televisão, oito jornais diários, 26 emissoras de rádio e dois portais de internet.

Para Cesar Souza Júnior (DEM), "trata-se de um dos maiores grupos de comunicação do país. Rara união de comunicação e gestão". Segundo ele, Santa Catarina pode dividir

a história da comunicação no Estado antes e depois da chegada da empresa. "A RBS tem como foco o compromisso com o cidadão e com os valores democráticos da imprensa livre, soberana, responsável e profissional", afirmou o deputado.

Além dos empregos que gera direta e indiretamente, Júnior ainda mostrou que o grupo, através da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, vem trabalhando em prol da responsabilidade social. Em 17 anos foram investidos R\$

20 milhões, apoiando 1.600 instituições, além de ter atendido mais de 100 mil crianças e adolescentes.

O deputado Darci de Matos (DEM) concordou com o parlamentar. "A RBS cumpre o seu papel social e merece ser parabenizada. Eles estão sempre ajudando de alguma forma a população".

Já a deputada Ana Paula Lima (PT) diz que a empresa é uma das principais colaboradoras para a democratização da notícia na região Sul do Brasil.

Ana Paula comemora os 10 anos da BluSol

Os 10 anos da BluSol foram comemorados pela deputada Ana Paula Lima (PT), que ofereceu ao presidente do grupo, Cláudio Alexandre Peixer, uma placa de agradecimento. A empresa foi criada no dia 28 de agosto de 1997, em Blumenau, no governo do então prefeito Décio Lima (PT).

A BluSol é uma empresa de microcrédito, sem fins lucrativos, criada através de uma parceria entre o poder público e a sociedade civil com o objetivo de facilitar a criação, crescimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte. "A sua missão é ampliar o acesso ao crédito aos mais carentes e reduzir a pobreza. Atualmente atende 47 municípios entre Rio do Sul e Indaial. Isso é muito bom".

Segundo a parlamentar, a BluSol, também conhecida como Banco do Povo, já emprestou cerca de R\$ 75 milhões em mais de 21 mil empréstimos



Ana Paula entrega placa para presidente do grupo

e tem como público alvo mulheres chefes de família, presidiários e ex-presidiários e jovens em risco social. "Temos várias histórias de sucesso, como a da dona Nilma, que no início

pagava aluguel de máquinas de costura e agora tem mais duas pessoas da família trabalhando com ela. Isso significa que funciona, e muito bem", completou.

Dreveck ressalta burocracia nas PCH's

Alguns aspectos do desenvolvimento e de investimentos estaduais foram destacados pelo deputado Silvio Dreveck (PP) no dia 30. O parlamentar afirmou que algumas empresas com projetos importantes na geração de emprego e renda, como também para a inclusão social, enfrentam dificuldades em determinados setores da economia.

"Algumas ações burocráticas precisam ser resolvidas", disse Dreveck, se referindo aos projetos das PCH's (Pequenas Centrais



Sílvio: dificuldades na economia

Hidrelétricas), alguns em fase de conclusão. "As hidrelétricas fornecem energia limpa com baixo custo e sem investimento do dinheiro público. Cabe a nós e ao governo estadual contribuir na solução dos problemas burocráticos. Precisamos de uma lei de outorga de utilização de recursos hídricos", frisou o parlamentar, fazendo um apelo aos seus pares. Os deputados Elizeu Mattos (PMDB) e Professor Sérgio Grando (PPS), em aparte, manifestaram o apoio dada a importância do assunto.

[GABINETES]

MEMORIAL DE DIREITOS HUMANOS

A criação do "Memorial Catarinense de Direitos Humanos" esteve em debate em audiência pública, nesta quinta-feira, dia 30, no Auditório Antonieta de Barros. A discussão foi promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e Udesc. O encontro reuniu ex-presos políticos, pesquisadores, especialistas e entidades de todo país, ligadas à questão dos direitos humanos.

O papel do memorial será reunir e disponibilizar para pesquisa documentos, vídeos, livros e depoimentos sobre a violação dos direitos humanos ocorrida em todo o país no período da ditadura militar. "O Memorial fará o resgate histórico de um período importante para o país e para Santa Catarina e terá o papel de proporcionar educação política para nossos estudantes. Tenho um compromisso pessoal com o resgate daquele período", comentou a deputada Ada, filha de Addo Faraco, deputado que teve o mandato cassado pelo regime militar. (Patrícia Jacomel, assessora da deputada Ada De Luca)

RÁDIO CLUBE DE LAGES

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) parabenizou a Rádio Clube de Lages, que no último dia 25, completou 60 anos de existência. O parlamentar resgatou um pouco da história da emissora e destacou grandes nomes da comunicação serrana que trabalham na emissora há décadas como Manoel Correa, o popular Maneca, que aos 74 anos de idade continua atuante. Destacou também os nomes de Servilho Ferreira (40 anos de emissora), Luiz Zanella Sobrinho (44 anos de emissora), Evaldir Nascimento (30 anos de emissora) e Silva Muller (30 de emissora). Lembrou também dos novatos como Adilson Oliveira (18 anos de emissora) e J. Amarante (oito anos de emissora).

A história da rádio Clube teve início em 1946. Tudo começou com a iniciativa de Carlos Joffre do Amaral. Com o seu falecimento, em 1976, assumiu a direção da emissora o seu filho, o engenheiro Roberto Rogério do Amaral, que ao lado de sua mãe, Ilse Amaral, até hoje dá continuidade aos trabalhos iniciados pelo pai há seis décadas. (Carla Reche, assessora do deputado Elizeu Mattos)

SIMPLES NACIONAL

O deputado Dirceu Dresch (PT) participou nesta segunda-feira (27), em Joinville, de debate sobre o Simples Nacional e o futuro das micro e pequenas empresas, organizado pela Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa – Ajorpeme. Dresch falou sobre as ações realizadas pela Subcomissão da Lei Geral da Microempresa, coordenada por ele no Legislativo.

O evento contou com a presença do secretário executivo do Comitê Gestor Nacional da Lei Geral, Silas Santiago, e da diretora do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Cândida Maria Cervieri. O debate aconteceu no auditório do Banco do Brasil. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

NOME PARA SC – 407

O deputado Joares Ponticelli (PP) encaminhou projeto de lei que denomina "Rodovia Beata Albertina Berkenbrock" a rodovia SC-407 que liga os municípios de São Martinho a Imaruí. Ponticelli, que tem acompanhado de perto todo o processo de beatificação de Albertina, cuja celebração ocorrerá em 20 de outubro, numa solenidade em Tubarão – considera que se trata não apenas de um ato religioso, mas de um grande evento político para Santa Catarina.

A beatificação foi assinada pelo papa Bento 16 em 21 de dezembro de 2006.

A beata Albertina nasceu em 11 de abril de 1919 em São Luís, município de Imaruí (onde hoje está seu santuário). Ela foi assassinada em 15 de junho de 1932, por um homem conhecido por "Maneco Palhoça", depois de lutar até o fim para preservar sua castidade. Morreu degolada. (Miguel Herdi, assessor do deputado Joares Ponticelli)

EM CADA LEI, EM CADA GESTO HÁ UMA CERTEZA **E A ALEGRIA DE PARTICIPAR**

Você votou. Ajudou a escalar a equipe. E sabe que pode confiar nela.

São 40 deputados estaduais atuando na defesa do interesse maior dos mais de 6 milhões de catarinenses.

Desempenhando um vigoroso trabalho no meio de campo das leis, dos projetos, da melhoria das condições de vida e por um desenvolvimento sustentável. Você pode acompanhar todos os lances do jogo democrático entrando no site da Assembleia, assistindo a TVAL, telefonando ou participando pessoalmente.

Tudo o que se faz lá é do seu interesse.

ASSEMBLÉIA

Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

